



Plenário deve votar reforma do ISS e limite da dívida da União

O projeto que altera o Imposto sobre Serviços e a proposta que fixa um teto para o endividamento do setor público tramitam em regime de urgência

O texto que os senadores vão analisar sobre o ISS é um substitutivo da Câmara a projeto do senador Romero Jucá. A proposta estabelece em 2% a alíquota mínima do imposto e determina que a cobrança seja feita onde a operação ocorreu, em casos específicos como pagamentos com cartão de crédito. Também inclui vários serviços entre os tributáveis, como tatuagens, vigilância de bens móveis e oferta de conteúdos na internet.

Já a fixação de um limite para a dívida da União atende uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os senadores poderão votar, ainda, projetos que tratam de um teto de gastos para os Legislativos estaduais, de ações para diminuir a carência de médicos em áreas distantes e do adicional de periculosidade para policiais. **3**

O senador Romero Jucá, observado em Plenário por Humberto Costa, é o autor do projeto que muda o ISS e busca combater a guerra fiscal entre municípios



Beto Barato/Agência Senado — 16/3/2016

Deficit de R\$ 139 bi na meta fiscal será incorporado ao projeto da LDO

A nova meta fiscal, que prevê um deficit de até R\$ 139 bilhões nas contas públicas da União para 2017, será incluída no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), substituindo a previsão apresentada em abril pelo governo Dilma. O relator da proposta da LDO, Wellington Fagundes, deve entregar hoje o relatório final. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 16/6/2016

A CMO deve votar o relatório de Wellington (no telão) na quarta e na quinta-feira

Impeachment: acusação entrega alegações finais

A Comissão do Impeachment deve receber até amanhã as alegações finais da acusação. De quarta-feira até o dia 27, será o prazo para a defesa de Dilma Rousseff se manifestar pela última vez. A comissão volta a se reunir em 2 de agosto, quando será apresentado o relatório de Antonio Anastasia.

O advogado de defesa da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, disse que não pretende antecipar a entrega das alegações finais. Ele não garante a presença de Dilma no Plenário para se defender. **3**



Senado disponibiliza publicação digital gratuita sobre eleições

O mais novo livro que pode ser baixado gratuitamente é *Eleições — legislação eleitoral e partidária*, que compila todas as mudanças na lei que afetarão as eleições municipais de outubro. **2**



Livraria do Senado oferece tanto livros impressos quanto digitais

Marcos Oliveira/Agência Senado — 04/3/2016

Medida reduz subsídios para geração de energia elétrica **4**

Garantia de verba para ações contra *Aedes aegypti* já é lei **2**

Comissão da MP de socorro ao Rio elege presidente amanhã **4**

JOVEM SENADOR

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania.

Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria: Realização:

Publicação, que pode ser baixada no site da Livraria do Senado, contém todas as normas que regerão a votação para prefeitos e vereadores neste ano, incluindo as mudanças feitas recentemente na legislação

Senado oferece livro digital gratuito sobre regra eleitoral



OLIVRO ELEIÇÕES — legislação eleitoral e partidária, que reúne as mais recentes mudanças nas regras eleitorais, pode ser baixado gratuitamente na Livraria Virtual do Senado (*veja link abaixo*).

As modificações, como a proibição do financiamento privado das campanhas e a redução do período da propaganda eleitoral no rádio e na TV, passam a valer nas eleições deste ano, em 2 de outubro, para prefeitos e vereadores.

De acordo com o cientista político e servidor do Senado Nerione Cardoso Júnior, responsável pela organização do livro, o objetivo é oferecer informações atualizadas.

— Como o Código Eleitoral é anterior à atual Constituição, a nossa maior preocupação foi disponibilizar um material o mais atualizado possível, levando em consideração as

próximas eleições municipais, incluindo as alterações promovidas pela reforma eleitoral de 2015, a normatização do Tribunal Superior Eleitoral e as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal.

A reforma eleitoral de 2015 (Lei 13.165/2015) alterou o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições.

Entre as mudanças mais significativas, estão a redução do prazo para filiação partidária (de 1 ano para 6 meses), a perda de mandato para o detentor de cargo eletivo que se desfiliou sem justa causa, a diminuição do prazo da campanha eleitoral (de 90 para 45 dias, com início em 16 de agosto) e a mudança na data das convenções partidárias (para o período de 20 de julho a 5 de agosto, sendo que antes ocorriam de 10 a 30 de junho do ano da eleição).

Houve também a redução da propaganda eleitoral no rádio e na TV (de 45 para 35 dias, ocorrendo entre 26 de

agosto a 29 de setembro) e a resolução do TSE que estabelece uma redução nos gastos na próxima campanha eleitoral para os candidatos a prefeito e vereador (uma porcentagem do gasto feito nas eleições municipais de 2012).

Pode-se citar ainda a resolução do TSE que disciplina a criação e a fusão de partidos políticos.

O livro *Eleições — legislação eleitoral e partidária* é um dos 30 títulos da Livraria Virtual do Senado em formato eletrônico. A coordenadora de Edições Técnicas da Casa, Denise Zaiden, explica que o acervo é composto de livros que reproduzem leis e podem ser lidos em tablet, celular e computador.

— Nosso objetivo é facilitar o acesso da população à legislação. Os livros trazem não apenas a lei principal, mas também os dispositivos constitucionais e as normas correlatas. Trabalhamos numa Casa legislativa, que produz leis, e de nada adianta se essas leis não forem conhecidas — ressalta Denise.

Entre as leis mais baixadas, estão o Código de Processo Civil, com 27,9 mil downloads, e a Constituição, com 11,6 mil.

— A ideia é que todos os livros de legislação ganhem o formato digital. No caso dos autorais, dependemos da autorização do autor.

Também conhecidos como e-books, os livros digitais são disponibilizados no formato e-pub. Para visualizar, é preciso instalar um leitor ou programa de e-pub. O formato garante acessibilidade a pessoas com deficiência visual.

Além das obras em versão digital, a Livraria do Senado conta com 484 títulos impressos. As obras podem ser adquiridas no site da livraria ou nos dois pontos de venda no Senado (no Túnel do Tempo e na Gráfica).

Baixe o livro grátis: <http://bit.ly/livroeleicoes>

Já é lei medida provisória que destina R\$ 420 milhões ao combate do Aedes

Já virou lei a medida provisória que liberou R\$ 420 milhões do Orçamento para ações de combate à microcefalia e ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da zika e da febre chicungunha. A MP foi promulgada sob a forma da Lei 13.310/2016 e publicada no *Diário Oficial da União* na sexta-feira.

A MP 716/2016, aprovada pelo Senado na quarta-feira, destina R\$ 300 milhões

para a compra de repelentes para grávidas atendidas pelo Programa Bolsa Família.

A MP destinou R\$ 70 milhões para o Ministério da Defesa. Os recursos são para apoiar a operação das Forças Armadas no combate ao mosquito.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações foi contemplado com R\$ 50 milhões, dinheiro a ser empregado em pesquisas para tratamento e diagnóstico.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TERÇA SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, para pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CCT Incentivo à inovação

8h45 A Comissão de Ciência e Tecnologia pode votar o PLS 547/2011, que estimula a inovação no Brasil, e mais 22 itens.

CMA Uso racional da água

9h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa, entre outros 13 itens, o PLS 587/2015, que inclui nos planos de recursos hídricos a promoção de campanhas para estimular o uso racional da água.

CAE Reajuste na Câmara

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, o PLC 30/2016, que reajusta a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados.

CDH Justiça fiscal

10h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência interativa para discutir "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal". Entre os convidados, estão representantes da Central Única dos Trabalhadores e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

CE Educação inclusiva

11h45 A Comissão de Educação pode votar o PLS 208/2016, que prevê a obrigatoriedade da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência, e mais 17 itens.

CONGRESSO Promulgação de emenda

12h Sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional 92/2016, que reconhece o Tribunal Superior do Trabalho (TST) como órgão do Judiciário.

MP 734/2016 Despesas olímpicas

14h Eleição de presidente e vice-presidente da comissão mista da medida provisória que dispõe sobre apoio financeiro pela União ao estado do Rio de Janeiro, para auxiliar nas despesas com os Jogos Olímpicos, que começam em 5 de agosto.

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Instalação

14h Instalação e apresentação do plano de trabalho da Comissão Especial destinada a examinar o PLS 258/2016, que atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica, que data de 1986.

MP 735/2016 Setor elétrico

14h30 Eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela medida provisória que altera leis do setor elétrico para facilitar a transferência de ativos e as privatizações de empresas da Eletrobras.

CAS Agente de turismo

9h A Comissão de Assuntos Sociais tem reunião deliberativa com 5 itens. Entre eles, o PLC 121/2015, que regulamenta a profissão de protesista/ortopedista, e o PLS 55/2011, que dispõe sobre o exercício da profissão de agente de turismo.

ORÇAMENTO Relatórios à LDO 2017

14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa os relatórios apresentados ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

ORÇAMENTO Ministro da Saúde

10h A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, que prestará esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUARTA

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Mudanças recentes na legislação das eleições



Financiamento privado das campanhas eleitorais
As doações eleitorais por parte de empresas estão proibidas a partir deste ano, por serem consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.



Filiação partidária
Quem quiser disputar um mandato precisa ter, no mínimo, seis meses de vínculo com um partido. Anteriormente, o prazo exigido era de um ano.



Desfiliação sem justa causa
O detentor de cargo eletivo que se desfiliou sem justa causa do partido pelo qual foi eleito estará sujeito à perda do mandato.



Convenções partidárias
As convenções partidárias devem ser realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto. O prazo anterior estabelecia que as reuniões fossem realizadas entre 10 e 30 de junho do ano da eleição.



Duração da campanha
O tempo de duração da campanha cai pela metade, passando de 90 para 45 dias. Neste ano, os candidatos só poderão iniciar a campanha em 16 de agosto.



Propaganda eleitoral
O período da propaganda eleitoral gratuita é menor: passará de 45 para 35 dias. Os programas têm início em 26 de agosto e terminam em 29 de setembro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Sílvia Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Reforma do ISS e limite para dívida da União estão na pauta do Plenário

Votações da semana também incluem fixação de teto para gastos dos Legislativos, ações para suprir falta de médicos e remuneração de policiais

A PROPOSTA DE reforma do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS) é um dos principais itens da pauta de votações do Plenário nesta semana. Os senadores também poderão analisar textos que tratam de um limite para a dívida da União, de um teto para as despesas dos Legislativos nos estados, de medidas para diminuir a carência de médicos no país e da remuneração dos policiais.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 386/2012 — Complementar, conhecido como reforma do ISS, fixa em 2% a alíquota mínima do imposto, na tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os municípios. A proposta tramita em regime de urgência.

A versão a ser analisada é um texto substitutivo da Câmara ao projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Uma das principais mudanças aprovadas pelos deputados foi determinar que a cobrança seja feita onde a operação ocorreu, em casos específicos como factoring (aquisição de direitos de crédito), leasing (arrendamento mercantil) e pagamento com cartão de crédito ou débito.

Vários serviços foram incluídos entre os tributáveis, como aplicação de tatuagens e piercings, vigilância e monitoramento de bens móveis e disponibilização de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto em páginas eletrônicas, exceto no caso de jornais, livros e periódicos.

União

A fixação de limite global para o montante da dívida consolidada da União está prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007. O



Foto: Rodrigo Pozzoboni/ABR

A aplicação de tatuagens é um dos serviços afetados no substitutivo da Câmara ao projeto que altera regras do ISS

texto, que também tramita em regime de urgência, atende a uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de estabelecer limites a serem totalmente implantados em 15 anos.

Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto foi relatado pelo senador licenciado José Serra (PSDB-SP). Para dar fim à chamada contabilidade criativa — manipulação que melhora artificialmente a situação das contas públicas —, Serra propõe que o limite global de endividamento da União seja fixado também em termos da relação entre a dívida consolidada — dívida bruta — e a receita corrente líquida.

Legislativos

Outro texto na pauta do Plenário é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 30/2014, do senador João Capiberibe (PSB-AP). O texto estabelece que a despesa anual do Legislativo estadual não pode exceder despesa realizada no

exercício financeiro do ano anterior. O repasse de recursos superior a esse limite, bem como a realização de despesa acima dele, passa a constituir crime de responsabilidade.

A norma vale também para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para os tribunais de Contas dos estados e do DF. A proposta foi aprovada em primeiro turno e precisa passar por uma segunda votação.

Médicos

Duas propostas na pauta do Plenário tratam da falta de médicos no país e da remuneração de policiais.

A PEC 46/2013 busca solucionar a carência de médicos nas periferias das grandes cidades e nas regiões mais distantes e isoladas, por meio de consórcios públicos para a contratação dos profissionais.

Inicialmente, a proposta previa atuação exclusiva na atenção básica à saúde, mas uma emenda alterou o texto para permitir que os médicos contratados possam

atuar também em serviços hospitalares e ambulatoriais.

Já a PEC 58/2015 concede adicional de periculosidade aos servidores policiais. A proposta estabelece o pagamento do benefício à Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis e militares e corpos de bombeiros que exercem atividades perigosas, de risco à integridade física e psicológica.

Créditos

Também entrou na agenda de votações, em urgência, o PLS 204/2016, que permite à administração pública vender ao setor privado direitos sobre créditos a receber.

A permissão vale para todos os entes da Federação e busca aumentar a arrecadação da União, dos estados e dos municípios.

O texto faz parte da Agenda Brasil — conjunto de medidas propostas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos senadores para impulsionar o crescimento do país.

Prazo para alegações finais da acusação vai até amanhã

A acusação tem até amanhã para apresentar alegações finais à Comissão Especial do Impeachment. De quarta-feira até o dia 27 é o prazo para que a defesa também se manifeste pela última vez. O presidente do colegiado, Raimundo Lira (PMDB-PB), confirmou que os senadores só vão se reunir novamente em 2 de agosto, quando será apresentado o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG). No dia 3, o documento será discutido e deve ser votado no dia seguinte na comissão.

O advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, negou que tenha intenção de

antecipar a conclusão das alegações, conforme havia sugerido Lindbergh Farias (PT-RJ), para permitir que o julgamento final de Dilma no Plenário ocorra durante os Jogos Olímpicos.

— Não trabalho com a hipótese de associar o processo a questões externas. Vou usar o tempo necessário. Tenho que fazer um bom trabalho com provas fartas e claras para demonstrar à luz do sol que não existe crime de responsabilidade. Tenho prazo de 15 dias e, dentro desse prazo, eu apresentarei quando tiver terminado meu trabalho — afirmou Cardozo.

Cardozo também não garantiu a presença de Dilma Rousseff para se defender no Plenário do Senado. Segundo o advogado, “tudo será avaliado”. Ele explicou que a orientação para que ela não fosse à Comissão do Impeachment na quarta-feira passada partiu da defesa.

— Um chefe de Estado sempre comparece ao órgão máximo. Um presidente da República não costuma ir a comissões. Quem vai são os ministros. Posteriormente, quando se tem uma sessão plenária, a presidente, se achar que deve, comparecerá. A posição da defesa se prendeu

a essa dimensão institucional e acho importante que seja preservada — avaliou.

Após a última reunião da comissão, Raimundo Lira avaliou positivamente o trabalho do grupo. Segundo ele, foram 28 encontros, 127 ofícios expedidos e 130 requerimentos aprovados.

— Acreditamos que mostramos ao país que comissão estava trabalhando para atender as expectativas da população. Em nenhuma das reuniões deixamos sobra de pauta para o dia seguinte e tivemos reuniões de quase 15 horas de duração — afirmou o presidente da comissão.

Gleisi Hoffmann critica política fiscal do governo interino

O anúncio da meta fiscal deficitária em R\$ 139 bilhões em 2017 é uma demonstração de que o governo interino não tem compromisso com a responsabilidade fiscal e a inclusão social e tem como único objetivo pagar os juros da dívida pública, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR) na sexta-feira.

Segundo a senadora, o rombo é maior do que o anunciado e pode chegar a R\$ 194 bilhões, já que são contabilizados R\$ 55 bilhões de receitas pendentes de aprovação legislativa. Para ela, o governo é incoerente com o discurso de austeridade.

— Eles criticaram quando a presidenta Dilma colocou no Orçamento receitas que dependiam de aprovação do Congresso ou de medidas que ela estava tomando no Executivo. Disseram que era necessário haver realismo fiscal. E o mais incrível é que o ministro da Fazenda disse que, graças a ele ou graças ao realismo da equipe, o déficit não havia chegado a mais de R\$ 270 bilhões.

Lindbergh pede cassação de mandato de Eduardo Cunha

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu na sexta-feira a cassação do mandato do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Para ele, “Cunha manda em Michel Temer”, e o presidente interino estaria sendo “chantageado” pelo deputado.

— Se Eduardo Cunha for preso, rodam ali mais de cem deputados. Se ele for preso, no outro dia o Temer tem que renunciar, porque todo mundo sabe que eles são unha e carne. O Eduardo Cunha manda no Temer. Por isso essa votação da cassação do Cunha é fundamental.

O senador criticou o governo atual pela “incoerência” em relação à política fiscal. Em 2015, recordou, houve o maior contingenciamento orçamentário do país. Agora, o governo quer aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias com um aumento no gasto de R\$ 170 bilhões para R\$ 194 bilhões em 2017.

— Ao invés de a gente ver uma diminuição na despesa, houve ampliação.



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Nova meta fiscal será incluída no texto da LDO

Relatório final sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser entregue hoje, incorporando a previsão de que a União encerre 2017 com deficit de até R\$ 139 bilhões

A META FISCAL anunciada pelo governo para o próximo ano — deficit de até R\$ 139 bilhões nas contas públicas da União — será incluída no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O anúncio foi feito pelo relator da proposta, Wellington Fagundes (PR-MT), que deve entregar hoje o relatório final. O deficit de 2016 está previsto em R\$ 170,5 bilhões.

A nova meta substituirá a previsão inicial de um deficit de até R\$ 65 bilhões, que está no projeto enviado pelo governo Dilma Rousseff em abril. Na quarta-feira, acabou o prazo de apresentação de emendas ao projeto da LDO. Deputados e senadores apresentaram 2.054 emendas, que foram analisadas por Fagundes. A votação do relatório na Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve ocorrer na quarta e na quinta-feira.

O relator questionou a previsão da equipe econômica de que não haverá aumento de impostos, já que o país tem registrado queda de receitas.

— Eu acredito que o governo vai aguardar a definição do Congresso para que ele possa anunciar essas medidas de esforço. Já tivemos reunião de senadores com o ministro Henrique Meirelles [da Fazenda] e ele foi muito questionado sobre essas medidas iniciais, principalmente de elevação de gastos recentes — disse.

A nova meta fiscal foi apresentada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na quinta-feira. Durante a apresentação da nova meta, Meirelles disse que o governo terá de cortar



Wellington Fagundes, relator do projeto da LDO, ouve o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo de Oliveira, apresentar nova meta para 2017

despesas e conseguir novas receitas por meio de concessões, venda de ativos, exploração do pré-sal e tributos.

Esforço amplo

Para o primeiro vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), o esforço para conter despesas deveria ser mais amplo, para evitar aumentos da inflação e de impostos.

— Do meu ponto de vista, nós tínhamos que ter um grande pacto hoje no país, em que se limitariam definitivamente despesas, incluindo as dos Poderes. Para, em um esforço maior de quem pode mais, e menor de quem pode menos, o Brasil atravessar essa crise. Mas o que a gente vê é o contrário. Lamento que a gente esteja insistindo no velho modelo, a mesma fórmula velha e batida que nos impõe a maior taxa de juros do mundo e uma inflação maior — disse.

O senador também criticou um possível aumento de impostos, pois, em sua avaliação, isso pressionaria a inflação. Ele disse ainda acreditar que o projeto da LDO 2017 pode ser votado na CMO e no Plenário do Congresso nesta semana, antes do início do recesso parlamentar, já que o governo Temer conta com maioria no Parlamento.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que tramita hoje na CMO (PLN 2/2016) prevê uma meta igual a zero para o governo, mas com possibilidade de reduções que poderiam levar o resultado primário a um valor negativo de R\$ 65 bilhões. A LDO define, a cada ano, a meta fiscal do setor público.

Comissão

A CMO tem reunião extraordinária agendada para a quarta-feira, às 14h30, e a

LDO 2107 é o primeiro item da pauta. Já na quinta-feira, às 10h, está prevista audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, que prestará esclarecimentos sobre as contas do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado foram convidadas para participar da audiência pública.

(Com Agência Câmara e Ministério do Planejamento)

METAS PARA 2017	
União	Deficit de R\$ 139 bilhões
Estatais	Deficit de R\$ 3 bilhões
Estados e municípios	Deficit de R\$ 1,1 bilhão
Total do setor público: União, estados e municípios, incluídas as estatais	Deficit de R\$ 143,1 bilhões.
Previsão de desempenho da atividade econômica	Alta de 1,2% do produto interno bruto (PIB)

CÁLCULO DA PREVISÃO (META PARA A UNIÃO)	
Despesas	R\$ 1,321 trilhão
Receitas	R\$ 1,127 trilhão
Cálculo inicial	Deficit de R\$ 194,4 bilhões
Esforço fiscal	R\$ 55,4 bilhões
Resultado	Deficit de R\$ 139 bilhões

Comissão da MP do setor elétrico elege presidente e vice amanhã

Está marcada para amanhã, às 14h30, a eleição do presidente e do vice-presidente da comissão mista que analisa a medida provisória que alterou cinco leis do setor elétrico brasileiro para diminuir os custos orçamentários da União com subsídios pagos para geração de energia e preparar o mercado para a redução da presença estatal.

A Medida Provisória 735/2016 autoriza a União a transferir uma empresa de energia elétrica sob seu controle direto ou indireto (que pode ser geradora, transmissora ou distribuidora de energia) ao consórcio privado vencedor da licitação, pelo prazo de 30 anos. Ou seja, a licitação do serviço estará associada à transferência da empresa que já explora os ativos.

O dispositivo permite, por exemplo, que os equipamentos de uma empresa estatal que explora uma hidrelétrica sejam transferidos para o vencedor do certame pelo prazo da concessão. Desse modo, o novo concessionário não precisará criar a sua própria estrutura

empresarial para realizar as atividades de geração, aproveitando a já existente. Para o concessionário, isso significa menor gasto com investimentos.

A medida provisória altera ainda a Lei do Programa Nacional de Desestatização para possibilitar a inversão de fases nos editais de desestatização. Apesar de não ser uma mudança dire-

tamente relacionada ao setor elétrico, a medida, segundo o Executivo, tornará o processo de privatização mais rápido e eficiente. Na inversão de fases, somente são analisados os documentos do licitante vencedor, e não de todos os concorrentes.

Da comissão mista, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.



Usina de Mauá, no Paraná: medida deve diminuir custos com subsídios para geração de energia

Medida determina socorro financeiro ao estado do Rio de Janeiro

A comissão da medida provisória que determinou o apoio financeiro de R\$ 2,9 bilhões da União ao governo do estado do Rio de Janeiro elegeu amanhã, às 14h, seus presidente e vice-presidente. O Rio decretou estado de calamidade pública financeira no mês passado. O governador em exercício, Francisco Dornelles, justificou a medida pela “grave crise econômica que assola o estado”. Após ser analisada pela comissão mista, a MP 734/2016 ainda terá de ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Dias depois da edição dessa medida provisória, o governo Temer editou a MP 736/2016, que liberou os recursos para o governo do Rio por meio de crédito extraordinário. Os recursos, liberados em uma parcela única, serão usados para auxiliar as despesas com segurança pública decorrentes da realização das Olimpíadas do Rio, que começam em agosto.